



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS**

**1- OBJETO**

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de plantas naturais com vasos e insumos, para abranger os ambientes Foyer e Hall de Credenciamento, conforme solicitação da Comissão de Criação e Implantação do Centro de Capacitação e Inovação deste TRE-ES com o objetivo de dar cumprimento à Meta CNJ 2024 nº 9, feita pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente, através do Ato nº 101/2024 – TRE-ES/PRE/DG/SGP/COPE/SRFF (Processo SEI nº 0001198-63.2024.6.08.8000), bem como atender à estruturação dos Gabinetes de Membros no 5º Andar, processo SEI nº 0000276-22.2024.6.08.8000, despacho id. 1145712, e solicitação da CIA 1157504, para atender à Corregedoria e à DG.

**2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**2.1 – Seguem abaixo os itens a serem contratados:**

**Item 01**

**Código do CATMAT:** BR0607254

**Descrição:** VASO DE PLANTAS CONFECCIONADO EM POLIETILENO MEDINDO 70 CM X 64 CM COM PRATO.

Características:

- Material: Produzido com a tecnologia de rotomoldagem e matéria prima polietileno;
- Acabamento: Antique Camurça, Bege Stone Effect ou Ocre;
- Com prato.

Dimensões:

- Altura: 64 cm;
- Diâmetro Superior: 70 cm;
- Diâmetro da Base: 50 cm;
- Variação Máxima Permitida para as medidas: 10% para mais ou para menos;
- Capacidade: 245 a 380 litros.

Figuras ilustrativas:

**Imagens do Produto:**



Ref.: Fabricante: Vasart – Vaso Decô Fosco 70x64cm



Ref.: Fabricante: Floridis – Vaso Linha Amsterdã Grafiato 69x70cm

**Quantitativo: 03 unidades**

**Item nº 2**

**Código do CATMAT:** BR0610204

**Descrição:** PALMEIRA RHAPIS EXCELSA ADULTA - PLANTAS NATURAIS.

Características:

- Altura: entre 1,50 metros a 2 metros – planta adulta (com, no mínimo 3 hastes);

**Figura ilustrativa:**

## **Imagens do Produto:**



**Quantitativo:** 02 unidades.

### **Item nº 3**

**Código do CATMAT:** BR0609243

**Descrição:** DRACENA PAU D'ÁGUA - PLANTAS NATURAIS

#### **Características:**

- Altura: entre 1,50 metros a 2 metros – planta adulta;

Figura Ilustrativa:

## Imagens do Produto:



**Quantitativo:** 01 unidade

### Item 04

**Código do CATMAT:** BR0406253

**Descrição:** VASO DE PLANTAS CILINDRICO OU CÔNICO CONFECCIONADO EM POLIETILENO MEDINDO 50 CM DE DIÂMETRO X 50 CM DE ALTURA.

Características:

- Material: Produzido com a tecnologia de rotomoldagem e matéria prima polietileno;
- Acabamento: Antique Camurça, Bege Stone Effect ou Ocre;

Dimensões:

- Altura: 50 cm;
- Diâmetro Superior: 50 cm;
- Variação Permitida: variação de 10% para mais ou para menos.

**OBS.: Para o modelo cônico, o diâmetro inferior deve ser, no mínimo, 38 cm.**

**Figuras Ilustrativas:**



Ref.: Fabricante: Vasart – Vaso Cilindro brilho 50x50cm



Ref.: Fabricante: Floridis – Vaso Linha Amsterdã Grafiato 49x55cm

**QUANTIDADE: 12 UNIDADES**

**Item nº 5**

**Código do CATMAT:** BR0610204

**Descrição:** PALMEIRA RHAPIS EXCELSA ADULTA - PLANTAS NATURAIS.

Características:

- Altura: entre 1,20 metros a 1,50 metros – planta adulta (com, no mínimo, duas hastes);

**Figura ilustrativa:**

## **Imagens do Produto:**



**QUANTIDADE : 11 UNIDADES**

**Item nº 6**

**Código do CATMAT:** BR0611166

**Descrição:** FICUS LYRATA ADULTA - PLANTAS NATURAIS.

Dimensões da planta:

- Altura: entre 1,20 metros a 1,5 metros – planta adulta;

**Figura ilustrativa:**





**QUANTIDADE : 01 UNIDADE**

**Item nº 7:**

**Código do CATMAT:** BR0623960

**Descrição:** FERTILIZANTE MINERAL MISTO PARA PALMEIRAS

**Características:** Embalagem de 400 g.

**Quantitativo:** 32 unidades (400 g cada unidade)

**Item nº 8:**

**Código do CATMAT:** BR0321849

**Descrição:** TERRA VEGETAL 100% NATURAL PARA PLANTAS EM VASO

**Características:** embalado em saco de 25 Kg.

**Quantitativo:** 32 sacos

**Item nº 9:**

**Código do CATMAT:** BR0347672

**Descrição:** CASCA DE PINUS POLIDA "M" PARA VASOS E JARDINS

**Características:**

- Fornecimento em saco de embalagem de 5 a 10kg.

**Quantitativo:** 160Kg

**Item nº 10:**

**Código do CATMAT:** BR0615310

**Descrição:** SUBSTRATO PARA PLANTAS

**Características:**

- Composto por turfa, vermiculita, casca de arroz carbonizada, resíduo orgânico e NPK;

- Mistura pronta para utilização;

- Totalmente estável e homogêneo;

- Baixa densidade;

- Fornecer em saco de embalagem de 8 a 12 Kg.

**Quantitativo:** 264 Kg

**LEGENDA DAS UNIDADES UTILIZADAS:**

**UN – UNIDADE**

**KG - QUILOGRAMA**

**SC - SACO**

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

**3.1- DA MOTIVAÇÃO:**

Trata-se de aquisição de plantas naturais para utilização no Centro de Capacitação e Inovação deste Tribunal e Unidades da Sede.

**3.2- DO OBJETIVO:**

Dar cumprimento à Meta CNJ 2024 nº 9, feita pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente, através do Ato nº 101/2024 – TRE-ES/PRE/DG/SGP/COPE/SRFF (Processo SEI nº 0001198-63.2024.6.08.8000) e atender a estruturação dos Gabinetes de Membros no 5º Andar, processo SEI nº 0000276-22.2024.6.08.8000, despacho id. 1145712, e solicitação da CIA 1157504, para atender à Corregedoria e à DG..

**3.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES:**

A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste Termo de Referência.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **4.1 LOCAL DE ENTREGA:**

O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. No período de recesso, o horário de entrega do material deverá ocorrer no mesmo horário de funcionamento da Secretaria deste Tribunal. A entrega poderá ser agendada através do e-mail [salmop@tre-es.jus.br](mailto:salmop@tre-es.jus.br) ou dos telefones (27) 21218643 ou 21218634.

#### **4.2. PRAZO DE ENTREGA:**

4.2.1. Entregar o material no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

4.2.2. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento, pelo contratado, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao contratado.

#### **4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**4.3.1. Recebimento Provisório:** No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

**4.3.2. Recebimento Definitivo:** Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital/Termo de Referência;

4.3.3. O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

4.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

4.4.1. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

4.4.2. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

4.4.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;

4.4.4. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

4.5.1. Fornecer e entregar o produto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

4.5.2. Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

4.5.3. Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública/Proposta;

4.5.4. Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência;

4.5.5. Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações;

4.5.6. Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;

4.5.7. Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

4.5.8. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;

4.5.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.5.10. Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

4.5.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes do Edital/Termo de Referência, bem como da respectiva proposta, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade;

4.5.12. Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo.

4.5.13. Em atenção à vedação de que trata o art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002, o fornecedor inscrito no CADIN, caso venha a vencer a licitação, deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação emitida pelo TRE-ES, regularizar sua situação, sob pena de decair o direito à contratação. A verificação da situação do fornecedor no CADIN será realizada antes da emissão da nota de empenho, da assinatura de contrato e dos respectivos termos de aditamento.

## **5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **5.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:**

5.1.1. Devem ser respeitados os prazos de entrega previstos no subitem 4.2;

5.1.2. Devem atender completamente as especificações técnicas deste Termo de Referência;

### **5.2. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO:**

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção. Devem ser seguidos somente os critérios do subitem 4.3, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

### **5.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**5.3.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;

**5.3.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas; nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total da multa	Valor de incidência da multa
a) Atraso de entrega	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso

d) Inexecução total	----		30%	Objeto inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato

**5.3.3. Caracterizará a inexecução contratual:**

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 20 dias na entrega ou na substituição;

**5.3.4.** Excepcionalmente, após esse prazo 5.3.3.a, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

**5.3.5.** A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

**5.3.6.** A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**5.3.7.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**5.3.8.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

**5.3.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma do estabelecido na Lei Nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.3.10.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

**5.3.11.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 5.3.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

**5.3.12.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida.

II - As peculiaridades do caso concreto.

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.3.13.** Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.3.14.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.3.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **6. PAGAMENTO**

### **6.1. PRAZO DE PAGAMENTO:**

O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável, obedecida a ordem cronológica prevista no Art. 141 da Lei N° 14.133/2021.

### **6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:**

**6.2.1.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2.** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

**6.2.3.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF n° 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5.** A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$   $I = 6/100/365$   $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**7.1.1** O objeto da contratação será adjudicado à empresa que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM**.

### **7.2. MARGEM DE PREFERÊNCIA:**

Não se aplica a atual contratação.

## 8. PREÇO ESTIMADO

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	803,42	2.410,26
02	176,60	353,20
03	292,63	292,63
04	368,01	4.416,12
05	102,60	1.128,60
06	273,20	273,20
07	19,22	615,04
08	24,58	786,56
09	8,32	1.331,20
10	8,31	2.193,84

## 9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.2 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação/contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.2.1 O impedimento de que trata o item 9.2 será também aplicado ao contratante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do contratante.

9.3 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA DE TRABALHO
02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	
Item 01 e 04	Itens 02 a 03 e 05 a 10
339030 - Material de Consumo	
19 - Material de condicionamento e embalagem	31 - Sementes, mudas de plantas e insumos
PLANO INTERNO	
ADM MATEXP	ADM MATMAN
VALOR CONSIDERADO	
R\$ 13.800,65 (treze mil e oitocentos reais e sessenta e cinco centavos)	
Conforme despacho 1348607	
OBSERVAÇÃO	

**11. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

11.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

**12. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

12.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

12.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será de 0,1% (um décimo por cento).



Documento assinado eletronicamente por **OSWALDO LUIZ DE OLIVEIRA BORGES**, **Chefe de Seção**, em 13/03/2025, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1349475** e o código CRC **C7E55669**.